



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLÓGICA AGROALIMENTAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
EM SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS**

**Joaquim Amancio Filho**

**A PERCEPÇÃO FILOSÓFICA DA RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA NA  
PERSPECTIVA HOLÍSTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

POMBAL-PB  
2018

**Joaquim Amancio Filho**

**A PERCEPÇÃO FILOSÓFICA DA RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA NA  
PERSPECTIVA HOLÍSTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Artigo apresentada como parte das exigências ao Programa de Pós-graduação em Sistemas Agroindustriais - PPGSA da Universidade Federal de Campina Grande, para a obtenção do Título de Mestre em Sistemas Agroindustriais.

**Linha de Pesquisa:** Produção e tecnologia agroindustrial.

**ORIENTADOR:** Prof. D. Sc. Patrício Borges Maracajá.

POMBAL-PB  
2018

A484p Amancio Filho, Joaquim.

A percepção filosófica da relação homem e natureza na perspectiva holística da agricultura familiar / Joaquim Amancio Filho. – Pombal, 2018.

17 f.

Artigo (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, 2018.

"Orientação: Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá".

Referências.

1. Agricultura familiar. 2. Homem - Natureza - Relação. 3. Sustentabilidade. 4. Políticas públicas. I. Maracajá, Patrício Borges. II. Título.

CDU 631.1.017.3(043)



Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar



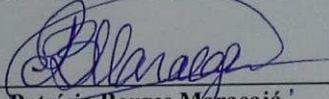
CAMPUS DE POMBAL

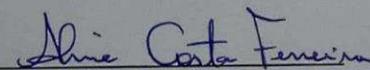
**“A PERCEPÇÃO FILOSÓFICA DA RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA NA PERSPECTIVA HOLÍSTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR”**

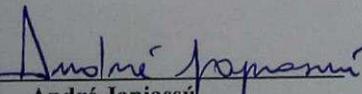
Defesa de Trabalho Final de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Pombal-PB, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Mestre (M. Sc.) em Sistemas Agroindustriais.

Aprovada em 16/12/2018

COMISSÃO EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Patrício Borges Maracajá  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Aline Costa Ferreira  
Examinadora Interna

  
\_\_\_\_\_  
André Japiassú  
Examinador Externo

POMBAL-PB  
2018

## **A PERCEPÇÃO FILOSÓFICA DA RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA NA PERSPECTIVA HOLÍSTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

### **Resumo:**

O presente artigo objetiva em sua integralidade, fazer uma revisão de literatura acerca da estruturação do pensamento pela percepção filosófica na relação homem-natureza na práxis da agricultura familiar partindo de conceitos holísticos de terra, planta, comunidade, presentes nas atividades agrícola dos grupos familiares resultando numa análise da questão de sustentabilidade agroalimentar. Em específico, as questões tratadas contemplam os aspectos: históricos-filosóficos, socioeconômico, na forma de organização social com a criação dos bancos de sementes versus a mecanização dos processos produtivos. De modo, que se fez uma avaliação literária do grau de transferência cultural desses agricultores de resistência para as gerações futuras, em seus desafios e ações desenvolvidos no semiárido paraibano. Para sua efetivação da revisão, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do tema e da interpretação dos textos para a discussão, páginas governamentais acerca das políticas públicas direcionadas a atividades no sentido de perceber o grau de responsabilidade e apoio dos poderes para reconhecimento do segmento da agricultura familiar; Na busca de encontrar um caminho para clarividência da discussão proposta, escolhemos o método de pesquisa exploratória e, para melhor interpretação desse método, escolhemos uma vertente qualitativa partindo de pesquisas bibliográficas e estudos de caso hipotético. Como resultado, percebemos que a agricultura familiar embora esteja positivamente presente no desenvolvimento agrário nacional, no contexto do sertão paraibano necessita de uma maior estruturação política de empoderamento e representação do grupo, quando suas ações não transcendem o território onde vivem e atuam.

**Palavras chaves:** homem, natureza, agricultura, sustentabilidade, políticas públicas.

### **Abstract:**

This article aims to review the literature on the structuring of thought by the philosophical perception in the relationship between man and nature in the praxis of family agriculture, starting from holistic concepts of land, plant, and community, present in the agricultural activities of the family groups resulting in an analysis of the question of agrifood sustainability. Specifically, the issues dealt with include: historical-philosophical, socioeconomic, in the form of social organization with the creation of seed banks versus the mechanization of production processes. Thus, a literary evaluation was made of the degree of cultural transference of these resistance farmers to future generations, in their challenges and actions developed in the semi-arid region of Paraíba. To carry out the review, a bibliographic survey was carried out on the theme and interpretation of the texts for the discussion, governmental pages about the public policies directed to the activity in the sense of perceiving the degree of responsibility and support of the powers for recognition of the segment of agriculture familiar; In order to find a way to clairvoyance the proposed discussion, we chose the method of exploratory research and, to better interpret this method, we chose a qualitative strand starting from bibliographic research and hypothetical case study. As a result, we realize that family farming, although it is positively present in national agrarian development, in the context of the homeland, requires a greater political structuring of empowerment and representation of the group, when its actions do not transcend the territory where they live and work.

**Keywords:** man, nature, agriculture, sustainability, public policies.

## 1. INTRODUÇÃO

A relação Homem-Natureza é uma analítica realidade cuja questão dista desde os tempos mais remotos a exemplo do período mitológico quando o destino dos humanos provinha da vontade dos deuses gregos que do Monte Olimpo julgavam a sorte dos terrestres e fazia da natureza uma mediação entre o natural e o sobrenatural.

Segundo Reale (1993, p. 21) pode-se dizer que, “para o homem homérico e para o homem grego filho da tradição homérica, tudo é divino, no sentido de que tudo o que acontece é obra dos deuses. Todos os fenômenos naturais são promovidos por numes: os trovões e os raios são lançados por Zeus do alto do Olimpo, as ondas do mar são levantadas pelo tridente de Poseidon, o sol é carregado pelo áureo carro de Apolo, e assim por diante”.

Seguindo esta cronologia, o período chamado de Filosofia da Natureza (Physis) já trazia uma explicação tal que através dos quatro elementos (água, terra, ar e fogo) seria a arché (princípio primeiro de todas as coisas) uma atenuante que demonstra a natureza como algo de valor incomensurável.

Marcondes (2004) afirma que “a importância da noção de arché está exatamente na tentativa por parte desses filósofos de apresentar uma explicação da realidade em um sentido mais profundo, estabelecendo um princípio básico que permeie toda a realidade, que de certa forma a unifique, e que ao mesmo tempo seja um elemento natural. Tal princípio daria precisamente o caráter geral a esse tipo de explicação, permitindo considerá-la como inaugurando a ciência”.

Todavia, na busca por encontrar a explicação sobre si, os outros e as coisas criadas historicamente consideramos ser uma das mais contraditórias relações (homem-natureza), pois ao mesmo tempo em que ele mantém o contato permanente com o meio ambiente, retira também recursos para a sua manutenção ao passo que nessa retirada a destrói com a ganância do “ter” – explorando mais do que a necessidade de subsistência, fato constatado desde a revolução neolítica, a posteriori pelos processos industriais oriundos do seu processo evolutivo.

Com Darwin, determinados fenômenos sociais passaram a ser tratados a partir das mesmas bases científicas em que eram tratados os eventos químicos, ou mesmo físicos, pois a Biologia passou a ser considerada "como sistematicamente histórica... Mas, de acordo com a teoria física da natureza universal, não é o mundo biológico e sim o mundo físico que está na base da natureza" (Smith, 1988: 33-34). O teórico econômico Adam Smith, na teoria de formação do valor, que até então concebia a natureza como fonte de valor e a agricultura

como meio de produção, passou-se a negar a prioridade do trabalho agrícola e também da natureza exterior. Desse modo, a natureza deixou de ser o elemento central da Teoria Econômica, pois passou a ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

O trabalho é a aplicação, sobre a natureza, da energia do homem, diretamente ou como prolongamento do seu corpo através de dispositivos mecânicos, no propósito de reproduzir a sua vida e a do grupo... pois, o homem é o único que reflete sobre a realização de seu trabalho. Antes de se lançar ao processo produtivo, ele pensa, raciocina e, de alguma maneira, prevê o resultado que terá o seu esforço. (Santos 1996, p. 87),

Outrossim, o fenômeno do capitalismo alterou a vida no planeta, a aceleração da produção em face do aumento populacional provocaram mudanças significativas no ecossistema: a poluição, a alteração genética nas espécies, fazendo com que o ser humano perdesse o senso ético, o amor à vida, a terra e o que dela se produz.

Por essa percepção, entende-se que as questões relatadas denotam que o homem perdeu a visão holística da criação (um olhar mais abrangente), e da utilização sustentável da natureza, *que* instiga a pautar-nos nos fundamentos filosóficos para podermos discutir o desenvolvimento do capitalismo, criando uma dicotomia sobre o holismo, o seu princípio geral pode ser resumido por Aristóteles, na sua *Metafísica*, quando afirma: “O todo é maior do que a simples soma das suas partes”. Entender o mundo como um todo integrado, como um organismo que deve estar em constante harmonia.

Em epistemologia filosófica, o holismo refere-se também formalmente à mútua determinação de comunidades, ou dos indivíduos e das comunidades. Podemos então referir-nos a um holismo inter e intra sistêmico que podemos observacionalmente sujeitar a uma focalização diferenciada. (Oliveira, 2000, p. 287)

Sob a perspectiva da agricultura familiar, essa fundamentação “inter” e “intra” remete-nos a interação já esboçada na relação homem e natureza. Desse processo interacionista, concebemos o desenvolvimento de práticas inovadoras não tão técnicas aos olhos da pós-modernidade, mas dos recursos naturais de forma ecológica. O modo operante convencional dos agricultores familiares, que ousam retomar os métodos alternativos naturais, ao assumir o princípio de identidade ético-agrícola sob o axioma holístico, um retorno à agricultura orgânica, um processo harmônico e mais ainda sobrenatural, pois envolvem valores culturais de seus antepassados, conhecimentos empíricos adquiridos com a prática rotineira que distam o tempo.

A questão sobre a atividade da Agricultura Familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, sendo frequentemente pauta dos discursos dos grupos sociais rurais, dos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico que apoiam o implemento de tecnologias sustentáveis no sentido de otimizar o trabalho dos agricultores familiares.

## **2. A GÊNESE SOCIOPOLÍTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

A priori se faz necessário conceituar agricultura familiar para se compreender os aspectos sociopolíticos. Conforme o Dossiê Estatístico elaborado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (1996), define Agricultura Familiar a partir de três questões características centrais: “a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados, são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e, c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra), pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão, em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva”.

Sua potencialidade na contemporaneidade vai além da produção de alimentos, pois se denota uma relação holística entre terra, trabalho e família, sendo estes o diferencial em relação a outras formas de agricultura. Silva (2010, p.2) ressalta sobre “a situação em que se expressa à agricultura familiar na atualidade, no caso brasileiro, é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização a exemplo das comunidades indígenas que habitavam as terras do Brasil, desenvolviam uma agricultura de subsistência, que no decorrer do tempo foi influenciada principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos e principalmente das últimas décadas”.

“As famílias camponesas aprenderam a reivindicar e manifestar-se contra o sistema em vigor na época, pondo-se a favor de uma agricultura limpa, e como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990.” (LANDAU et al., 2012, p. 38) Doravante resultou no reconhecimento de direitos fundamentais das atividades agrícolas praticada no território nacional. Isso devera a coragem e a resistência do homem do campo, a muito sofrido pelo descaso do poder público federal.

No contexto sócio político a Constituição brasileira, materializada na Lei nº 11.326 de julho de 2006 em seu artigo 3º “considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural” e que atende alguns requisitos básicos disposto numa portaria do ministério da agricultura que disciplina a medida de porção de terra: “não possuir propriedade rural maior que quatro módulos fiscais<sup>1</sup>”. (Brasil, 1980, Seção 1). Interpretando as alíneas do texto identificamos a valoração do “princípio” – a arché (sobre a qual se origina o corpo da lei) uma visão holística filosófica na relação homem-natureza em seu artigo 4º:

“A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;

II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.”

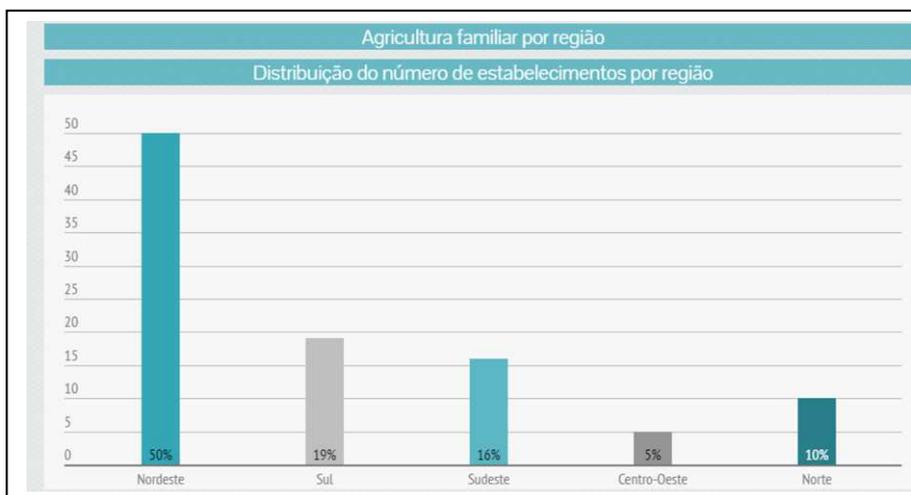
Convém destacar que a normatização acima concede benefícios não somente aos agricultores familiares, mas a outros segmentos como os: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. A inclusão destes no processo ratifica a ideia de não haver mais lugar para o “velho” paradigma da atividade; o homem não consegue feudal no medievalismo. Na verdade o homem do campo transgride a ordem capitalista vigente para ousar sobreviver num ambiente sustentável onde poderá interagir com o seu semelhante.

### **3. ANÁLISE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

De acordo com a Figura 1, a respeito da demanda do segmento agrícola familiar utilizamos dados oficiais da pesquisa estatística sobre a concentração desses grupos. O IBGE (2006) aponta que a agricultura familiar está presente em quase 85% das propriedades rurais do país. Aproximadamente metade desse percentual está concentrada na região nordestina sendo a responsável por cerca de 1/3 da produção total. Mello (2007) apud Embrapa 155 (2013) “referenda que basta apenas os dados quantitativos em relação ao universo de pessoas, área ocupada e produtos envolvidos para se denotar o potencial agrícola [...] e que o crescimento da miséria, da violência e da insegurança nas grandes cidades faz crescer o apoio da sociedade urbana às políticas de valorização do meio rural visando o equilíbrio dos grupos

sociais evitando, portanto, os inchaços populacionais e o crescimento exacerbado da violência por parte de indivíduos em situação de vulnerabilidade social”.

**Figura 1:** Distribuição do número de estabelecimentos por região.



**Fonte:** Censo Agropecuário 2006.

Analisando a Figura 1, a região nordeste destaca-se por possuir a maior concentração de agricultores. Neste contexto essa prática robusta sobreviveu ao fenômeno do êxodo rural que vem desde antes do século XX quando caracterizado pelo processo de mecanização, pela expansão do agronegócio e a visão capitalista, cujo modelo de produção é baseado no lucro e no manejo abusivo de agrotóxicos, além de produzirem monoculturas em grandes extensões de terra, comprometendo a vida dos que vivem no campo.

Mello (2007) Embrapa 155 (2013) considera que, da interpretação acima, dois fatores principais motivaram o surgimento das políticas públicas referidas: “a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais”.

Schneider (2003), afirma que “a agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou, ao criar em 1996, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).” Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de promover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade.

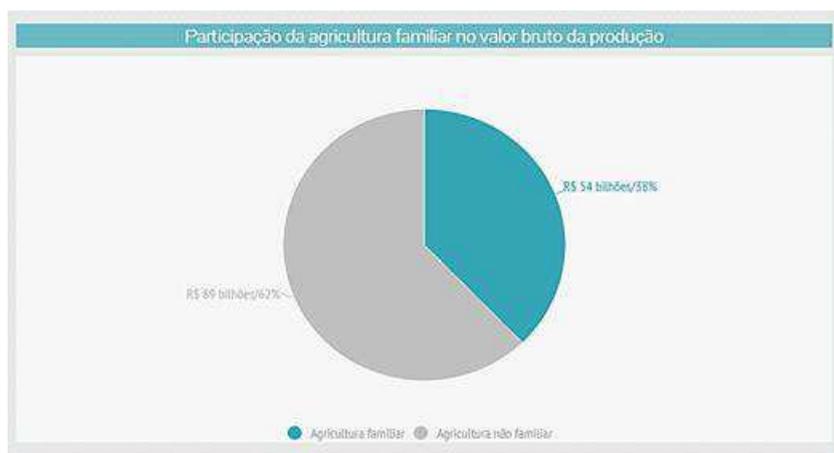
Essa linha de crédito rural foi ampliando-se para garantia de direitos e de manutenção da atividade agrícola com as modalidades elencadas na página do BNDS:

1. **Pronaf Agroindústria:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.
2. **Pronaf Mulher:** financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.
3. **Pronaf Agroecologia:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
4. **Pronaf ECO:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.
5. **Pronaf Mais Alimentos:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.
6. **Pronaf Jovem:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos.
7. **Pronaf Microcrédito (Grupo "B"):** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 20 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).
8. **Pronaf Cotas-Partes:** financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

Conforme as Figuras 2 e 3 a seguir, percebemos que os acessos às políticas públicas sinalizam um significativo avanço, para a permanência desses atores sociais em suas bases, a regulação do direito daqueles que representam qualidade e quantitativamente do país, onde em números de produção o MDA (2018) em sua página oficial publicou em 12 de junho de 2018 publicou que a agricultura familiar brasileira produz 70% do feijão nacional, 34% do

arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Estatisticamente vamos apresentar um considerável crescimento em relação aos dados do Censo Agropecuário de 2006 caso o Brasil tivesse só a agricultura familiar, vejamos abaixo:

**Figura 2:** Participação da Agricultura familiar no valor bruto da produção.



Fonte: Censo Agropecuário 2006.

**Figura 3:** Faturamento Mundial da produção de alimentos



Banco Mundial e do IBGE.

O MDA (2018) ressalta ainda que “do último Censo Agropecuário, reafirma que a agricultura familiar é à base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo e com particular especificidade com a produção orgânica”.

#### **4. AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA**

Altieri (1989) apud Feiden (2005, p. 53) conceitua a agroecologia como “uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Para outros, trata-se apenas de uma nova disciplina científica.” No entanto percebemos o caráter interdisciplinar quando NETO, et al (2010, p. 80) apud Ormond et al (2010, p.5) dessa relação conceitua cientificamente.

A agricultura orgânica é entendida como um conjunto de processos de produção agrícola que parte do pressuposto básico de que a fertilidade é função direta da matéria orgânica contida no solo. A ação de microrganismos presentes nos compostos biodegradáveis existentes ou colocados no solo possibilita o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados. Complementarmente, a existência de uma abundante fauna microbiana diminui os desequilíbrios resultantes da intervenção humana na natureza e a alimentação adequada e ambientes saudáveis resultam em plantas mais vigorosas e mais resistentes a pragas e doenças. (BNDES, 2002, p. 5).

NEVES et al., 2000 apud Feiden (2005,p. 53) “reconhece o enfoque holístico, o manejo da unidade de produção agrícola que visa promover a agrobiodiversidade e os ciclos biológicos, procurando a sustentabilidade social, ambiental e econômica da unidade, no tempo e no espaço.”

Para Moreira et al (2007,p.2) “o apanhado histórico científico da agroecologia identifica duas correntes de pensamento agroecológico exercendo forte influência sobre cientistas e agricultores ao redor do mundo, a norte americana e a europeia [...] A diferença básica entre as duas é que a corrente norte-americana centra mais fortemente seus estudos nos problemas ecológicos da produção, possuindo ainda uma grande sensibilidade sociológica e antropológica, e a europeia busca um franco diálogo entre ciências naturais e sociais na resolução dos problemas do desenvolvimento rural.”

Na atualidade esses conceitos visam integrar, articular e adequar políticas, programas e ações que direcionavam a transição agroecológica e da produção orgânica. Em 2012, foi definida a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), no intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, cuja proposta era de conscientizar sobre o uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e do consumo de alimentos saudáveis.” (BRASIL, 2012). Dessa política, destacou-se o projeto de “banco comunitário de sementes”.

“Com o objetivo de promover junto aos grupos de agricultores, envolvidos na produção orgânica ou de base agroecológica dos grupos familiares, redução da dependência de insumos externos, promovendo a agrobiodiversidade e a segurança alimentar.” (LANDAU et al., 2012, p. 55). Esses bancos estimulam a organização coletiva, fator importante para o enfrentamento dos desafios das constantes mudanças acarretadas pelo desequilíbrio do ecossistema fruto da ação antrópica do homem. “A proposta foi de se conservar o material genético on farm, ou seja, no campo e pelo próprio agricultor. O projeto prioriza iniciativas para o uso e manejo de espécies utilizadas como adubos verdes, quando esta prática sustentável reduz o uso de fertilizantes provenientes de fontes de energia não renovável e, igualmente, contribui para conservação e melhoramento das condições biofísica do solo, resultando positivamente para o incremento da agrobiodiversidade e equilíbrio dos agros ecossistemas.” (BRASIL, 2013).

Toda essa discussão mostra a potencialidade da produção de orgânicos, que tem um espaço conquistado. Segundo NETO et al (2010,p. 88) “a principal motivação para a compra de alimentos orgânicos no Brasil parece estar ligada à saúde humana e ao meio ambiente.” Existe, no entanto, um grande desconhecimento do consumidor em relação ao produto orgânico, visto que há uma grande confusão gerada pela “onda” de produtos considerados naturais, dietéticos, light, integrais, etc.. O Instituto Biodinâmico (2000) apud NETO et al (2010,p. 88) apontam em sua pesquisa que “o consumidor brasileiro está disposto a pagar mais caro por um produto que não polui o meio ambiente, pois uma faixa de 68% do universo pesquisado fez essa afirmativa, enquanto outros 24% se mostraram contrários à ideia. Essa tendência pode ser verificada mesmo na população com baixa renda familiar.” Isso se deve ao crescente número de doenças crônicas, muitas delas provenientes da ingestão de alimentos inadequados, da acentuada composição química. Programas televisivos, internet e as redes sociais estão sempre a informar e estimular a melhoria na qualidade de vida.

## 5. SEMENTES CRIOULAS DA PAIXÃO: BANCO DE SEMENTES NA PARAÍBA

Para entendimento geral, procurando o significado da palavra “Crioula” no dicionário da língua portuguesa, com a finalidade de compreendermos mais o sentido etimológico da palavra, se há relação com a terra, solo, planta. BUARQUE (2001) “define como ser uma pessoa descendente de europeus nascido na América. Negro nascido no Brasil. Pessoa, animal ou vegetal, próprio de certas localidades”. No entanto, identificamos uma única relação proximal no popular com a palavra “nativa”, ou seja, o último termo da pesquisa “próprio de certas localidades” razão pela qual relacionamos. Assim são as sementes crioulas da paixão, na visão de (NUÑEZ; MAIA, 2006) “elas fazem parte do patrimônio de diversos povos que ao longo dos tempos vêm conservando, resgatando, selecionando e valorizando variedades e raças e animais, mantendo a agrobiodiversidade adaptada a cada região”.

Neste caso, “entende-se por sementes crioulas na terminologia agrícola, aquelas de variedade local ou tradicional, conservadas e manejadas por agricultores familiares, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais” (Lei de Sementes e Mudanças – Lei Nº 10.711/2003, Art. 2º, XVI) que ao longo de séculos, vêm sendo permanentemente adaptadas às formas de manejo dessas populações e aos seus locais de cultivo. Todavia, “as sementes revelam a identidade cultural de diferentes povos e comunidades é expressa pelas variadas denominações que elas recebem: por exemplo, no estado da Paraíba, são chamadas de *Sementes da Paixão*, em Alagoas e em Goiás, trata-se das *Sementes da Resistência*, no Piauí são as *Sementes da Fartura*, em Minas Gerais, *Sementes da Gente*”. (PETERSEN *et al*, 2013).

“Estas sementes são guardadas nos ‘bancos de sementes’, organização comunitária que nasceu da relação homem-natureza, sob o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) braço da Igreja Católica progressista dos anos 60-70, com enfoque teórico na teoria da libertação, construíram, com as comunidades rurais, os bancos de sementes comunitários tão importantes como seus próprios templos religiosos. E aí, na década de 90 na Paraíba, a Articulação Semiárida Paraibana (ASA-PB), inspirada nessas iniciativas familiares e comunitárias, procurou mobilizar e resgatar essa experiência, bem como ampliá-las” (ASA BRASIL, 2017) já que tiveram um papel importante no reordenamento político e social nas décadas de 70 e 80 na busca de direitos. Essa integração de forças trata-se da relação holística, mística, que envolve a “fé” traduzida na “vida” (grifo nosso). O fato era que os agricultores,

armazenavam suas reservas de semente para o plantio do ano seguinte de modo individual. Com a união de forças desses segmentos, aprenderam a serem coletivos para perpetuação dessa cultura que inspirou um sentimento ético do “cuidar” sendo eles considerados os “guardiões das sementes”.

Essa visão holística consolidou-se no Estado da Paraíba conforme afirma (SILVA e ALMEIDA, 2007, p. 17) “com o nome de ‘Semente da Paixão’ já mencionada acima. Sendo assim chamadas graças ao apego e carinho que os agricultores têm por elas. A frase é atribuída ao agricultor Cassimiro Caetano Soares – Seu Dodô, enunciada em um encontro estadual sobre sementes realizado em 1998. Tal agricultor do Sertão paraibano disse: “O que eu quero plantar é o milho jibatão, o feijão corujinha e a fava cara larga, e não a semente que vem de fora”. Essas são minhas sementes da paixão. Cada um tem suas sementes da paixão e é nessa diversidade que nós temos que nos apoiar” A partir desta ideia foi construída a Rede Sementes da Paraíba sob o assessoramento da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB) no sentido de assegurar a conservação desse patrimônio genético nas mãos da agricultura familiar.

O apoio da ASA-PB possibilitou uma representação institucional junto aos poderes públicos constituídos. “Em 2002, a partir da capacidade e da força política dos agricultores de formularem e implantarem uma política pública, a Articulação do Semiárido Paraibano conseguiu que o Governo do Estado da Paraíba repassasse recursos para que cada Banco de Sementes Comunitário comprasse as sementes de variedades locais em cada região.” (ALMEIDA & FREIRE, 2003).

De acordo com a (AS-PTA, 2014, p.39) outras políticas públicas foram criadas a partir do primeiro mandato do governo Lula incluiu os (Bancos Comunitários de Sementes) BSC’s com a edição do Programa Fome Zero, sendo esta uma recomendação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) no sentido de criar um mercado institucional a partir da produção dessa modalidade de Agricultura Familiar conforme veremos a seguir:

- ✓ **A primeira** delas, de nível federal, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operacionalizado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), e através do qual, desde 2003, são realizadas operações de compra local de sementes crioulas e doação simultânea para o fortalecimento de Bancos de Sementes Comunitários;
- ✓ **A segunda** compreende duas fases de uma ação de distribuição protagonizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

- ✓ **A terceira** já referida se trata de um programa de distribuição de sementes do governo estadual da Paraíba executado todos os anos e que, atualmente, recebe o nome de Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários e de Acesso a Sementes.

No Estado da Paraíba, precisamente no alto sertão, os bancos de sementes estão estruturados a partir da Central das Associações dos Assentamentos Paraibanos (CAAASP). Com sede na cidade de Cajazeiras-PB, é responsável pela rede de sementes em busca de uma política pública de sementes visando à convivência com o semiárido e o desenvolvimento rural sustentável. A tônica desta informação é sobre o fechamento desta instituição nos últimos anos (data de 2014) motivados pela falta de políticas de investimento e de reconhecimento conforme informação de seus associados e representantes.

### **Conclusão:**

Conclui-se que, a agricultura familiar é uma atividade agrícola viável para o desenvolvimento agrário brasileiro, embora apresente uma baixa conotação de viabilidade em face da grande produção da agroindústria capitalista, seus resultados em número de produção de alimentos orgânicos representam um considerado índice produtivo para a economia nacional.

### **Considerações:**

A relação homem e natureza partem de uma experiência intrínseca agregada a valores e sentimentos de afeto, apesar dos avanços tecnológicos promovidos pela mecanização da produção em face do capitalismo, a sociedade ainda não conseguiu independe-se dos recursos naturais. Os perfis da agricultura familiar esboçado nas literaturas consultadas expressam o retomar de uma agricultura embasada no molde orgânico bastante tradicional, desde o cuidado com a semente, com o manejo do solo e com o respeito ao tempo necessário da planta para produzir seu fruto. As características apresentadas destoam das muitas tecnologias modernas de técnicas do campo com o uso dos agrotóxicos, sendo estas, causadoras de impactos bioéticos, ecológicos e pauta de discussão na agroecologia. A organização social dos agricultores familiares foi necessária para a transferência cultura de seus valores holísticos, com a criação de bancos de sementes, que embora não esteja totalmente reconhecido pela legislação, mas em se tratando de “agricultores” não estão desprovidos de políticas públicas e dos programas de financiamento pelos órgãos de fomento a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) através das ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf).

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROECOLOGIA, v.1, n. 2, 2006. 4p. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/2106376/1508011982/name/historia+de+um+banco+de+sementes.pdf>>. Acesso em: 12 de novembro de 2018.

ALMEIDA, P., CORDEIRO, Â. **Semente da Paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semiárido** – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba e RS: Ed. Agropecuária, 2002.

ASA. **Semiárido**. Página Inicial. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>>, acesso em 10 dezembro de 2018.

BNDES. **Pronaf Subprogramas**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura Familiar**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/agricultura-familiar>> Acessado em 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Agrário. Agricultura Familiar No Brasil É A 8ª Maior Produtora De Alimentos Do Mundo**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil>. Acesso em 13/12/2018.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 ago. 2012. Acesso em: 13 12. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)> Acessado em 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projetos: Bancos Comunitários de Sementes**. Acesso em: 10 dezembro 2018.

COSTA OLIVEIRA, Clara, holismo: aprender e educar. Disponível em:

DEPINÉ, Ágatha Cristine; GOMES, Ariel Koch; SOARES, Josemar Sidinei. **O SURGIMENTO DA FILOSOFIA E A EVOLUÇÃO DOS MITOS: a importância da Escola Jônica para a construção da racionalidade**.

EMBRAPA. **AIAF14|Agricultura familiar no Brasil**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/aiaf-14-agricultura-familiar-no-brasil>>. Acessado em 10 de dezembro de 2018.

FEIDEN, Alberto. Agroecologia: introdução e conceitos. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, p. 51-70, 2005.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

MOREIRA, Rodrigo Machado; DO CARMO, Maristela Simões. A agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

NETO, Nelson Castro et al. Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar. **Revista Percursos**, v. 2, n. 2, p. 73-95, 2010.

NUÑEZ, P.B.P.; MAIA, A.L. Sementes crioulas: um banco de biodiversidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 1, n. 1, nov. 2006.

REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga**. São Paulo: Loyola, 1993. 1v.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 124p

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo. Vol. 18, n. 51 (fev. 2003), p. 99-122, 2003.

SILVA, E. D. da; ALMEIDA, P. Um passeio pela Festa da Semente da Paixão. **Revista Agriculturas**, v. 4, n 3. 2007.

SILVA, José Ribeiro, and Paulo JESUS. "**Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil**." *V Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI)*. Maceió. *Anais... Maceió: Centro de Convenções de Maceió*. 2010.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. (retirado do artigo MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA).

WIKIPEDIA. **Holismo**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Holismo>> . Acessado em 10 de dezembro de 2018.